

Ano 3, número 3
novembro de 2023

matogrosso

do futuro

BEM-VINDO AO
ESTADO BRASILEIRO
QUE MAIS CRESCER
NESTE SÉCULO!

E mais:

"A eleição acabou"

Carlos Fávaro destaca diminuição de desigualdades em regiões do agro e afirma que governo Lula atua para todos os setores

Agora vai?

Reforma Tributária promete simplificar impostos, acabar com jeitinhos e combater guerra fiscal

Ameaça invisível

Estudante da UFMT desenvolve método para prevenir explosões em silos de armazenagem de grãos

**É trabalho
sem parar.
De quem
ama Cuiabá.**



**80% da cidade
com esgoto tratado.**

A Prefeitura de Cuiabá vem investindo na ampliação do sistema de tratamento de água e esgoto como nunca. Como reconhecimento desse trabalho, o Instituto Trata Brasil apontou a nossa capital como a cidade brasileira que mais investe em água e esgoto.

Para a prefeitura, o melhor resultado é constatar a melhoria das condições de todos os cidadãos que vivem aqui.



Editorial



VEM PRA MATO GROSSO!

Se você quer envelhecer bem, Mato Grosso é seu destino. Na terceira edição do Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL) de 2023, divulgada pelo Instituto de Longevidade, o Estado se destacou com duas de suas cidades figurando entre as dez melhores da região Centro-Oeste para se viver na terceira idade. Esse índice avaliou o grau de preparação das cidades para proporcionar qualidade de vida às pessoas com 60 anos ou mais, considerando 23 indicadores que abrangem aspectos de saúde, socioambiental e economia

Esses indicadores não são mera coincidência, mas sim reflexos da trajetória virtuosa de desenvolvimento que o Estado vem desenhando ao longo das últimas décadas, se tornando a unidade da Federação que mais cresceu neste século. O novo censo do IBGE apontou que as fronteiras agrícolas mais recentes, concentradas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país tiveram, em alguns estados, elevação de renda acima da média do Brasil, diminuindo a desigualdade e aumentando a população desses municípios. Em Mato Grosso, o desenvolvimento dos municípios que têm na agropecuária sua principal atividade econômica, é visto na forma de mais qualidade de vida para a população.

Os números são sempre superlativos. O PIB de MT cresce três vezes mais do que dos outros estados, impulsionado pelo agronegócio (que representa 56,6% do PIB estadual), cujas exportações em outubro foram de US\$ 13,38 bilhões. A participação do Estado nessa área mais que dobrou entre 2002 e 2020, passando de 5% do total nacional para 10,6%. A safra de grãos foi multiplicada por seis, desde a colheita de 2002, passando de 15,9 milhões de toneladas para 94,1 milhões de toneladas neste ano. Os desafios são muitos, em áreas, como educação, saneamento, logística, sustentabilidade, e desenvolvimento social. As soluções passam por ações concretas de colaboração contínua entre agentes públicos e iniciativa privada.

Quem acredita em Mato Grosso segue firme e trabalhando, para que o Estado cresça e seja cada vez melhor para seu povo!

Ótima leitura!

Expediente

A revista Mato Grosso do Futuro é uma publicação da Mais Comunicação & Marteking

DIREÇÃO GERAL: Edina Araújo e Geraldo Araújo

ASSESSORIA JURÍDICA: Rodrigo Araújo

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Edina Araújo (DRT 908 MT) e Tábita Marinho (MTB 1357/DF)

CHEFE DE REDAÇÃO: Rojane Marta

REDAÇÃO: Tábita Marinho, Edina Araújo e Rojane Marta

EDIÇÃO: Tábita Marinho

FOTOS: Secom/VG, Secom/MT, Secom/Prefeitura de Cuiabá, ALMT, VGN, Assessoria - Arquivos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Lidiane Soares

FONE: 65 3029-5760

Todos os direitos reservados. Os anúncios publicitários e artigos de opinião, seus conteúdos e impacto causado por eles são de total responsabilidade de seus autores.

entrevista



Carlos Fávaro

*Ministro da Agricultura e
Pecuária*



A eleição acabou!

Com trabalho. Com verdade. Com fatos. Assim, o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, entrevistado especial desta edição da Revista Mato Grosso do Futuro, respondeu a uma pergunta sobre como combater a resistência que grupos bolsonaristas têm contra ele e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Paranaense de Bela Vista do Paraíso, Fávaro ingressou na vida política após anos de trabalho no agronegócio, onde foi vice-presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil (Aprosoja Brasil), em 2010, e presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT), de 2012 a 2014. Presidiu também a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores de Lucas do Rio Verde (Cooperbio Verde), exercendo o cargo de 2007 até 2011.

Em 2014, foi eleito vice-governador de Mato Grosso no primeiro turno, na chapa encabeçada por Pedro Taques, mesmo governo em que foi nomeado secretário de Estado de Meio Ambiente.

Carlos Fávaro se licenciou de seu cargo como senador por MT (vaga que conquistou em eleição complementar, após cassação de Selma Arruda), para integrar o governo Lula, após atuar como forte interlocutor de Mato Grosso e de setores do agronegócio em apoio à candidatura do PT nas eleições de 2022.

Na entrevista, o ministro demonstrou conhecer profundamente o atual governo federal, não apenas nas questões voltadas ao agro, mas em sua integralidade, inclusive usando mais que uma vez o termo transversalidade, reforçando que todas as ações da gestão de Lula giram em torno do combate à fome e às desigualdades, e na busca por sustentabilidade em todos os setores, principalmente no agronegócio, a fim de que o País produza e comercialize ainda mais. Sobre MT, o estado de origem de sua atuação política, Fávaro destaca o desenvolvimento dos municípios que têm na agropecuária sua principal atividade econômica. **“É o ciclo da economia e isso ficou evidenciado no novo censo do IBGE, que apontou que as fronteiras agrícolas mais recentes, concentradas nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, tiveram, em alguns estados, elevação de renda acima da média do Brasil, diminuindo a desigualdade e aumentando a população desses municípios”**, disse o ministro.

Confira a entrevista!

MT do Futuro: O agro brasileiro segue como um dos setores que mais movimentam a economia do País, batendo a cada ano mais recordes na balança comercial. Só em outubro, as exportações somaram US\$ 13,38 bilhões, correspondendo a 45% do restante das vendas para o exterior. O Valor Bruto da Produção (VBP) atingiu R\$ 1,151 trilhão até agora em 2023, e o Brasil é responsável por alimentar quase 800 milhões de pessoas no mundo. Porém, números recentes afirmam que seis em cada dez habitantes (63,8%) de áreas rurais do país apresentam algum grau de insegurança alimentar. Como enfrentar esse desafio e acabar com essa realidade tão paradoxal?

“O combate à fome é a principal meta do presidente Lula. No governo, todos trabalhamos alinhados com esse tema em foco. Cada ação que adotamos é sempre visando, como objetivo final, a melhoria da qualidade de vida das brasileiras e brasileiros. E isso significa acabar com a insegurança alimentar, o que se faz por meio de oportunidades. Quando a gente recupera uma estrada vicinal em uma área rural, por exemplo, a gente tá permitindo que o aluno tenha mais condições de chegar a sua escola, que aquele pequeno produtor, ali do seu sítio, consiga levar seus produtos para vender, que um paciente possa ir ao PSF cuidar da sua saúde.”

FÁVARO: Além das estradas não pavimentadas, temos os caminhos da tecnologia. No Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) lançamos, neste ano, o programa Rural + Conectado, que é pra levar internet mais de 2,3 mil localidades de áreas rurais que ainda não têm acesso à rede. Levar internet é levar acesso a cursos online, a sistemas integrados, seja de banco, de teleconsulta, dos mais diversos serviços. Cada ação nossa é sempre no sentido de oferecer mais oportunidades.

MT do Futuro: E além da questão de segurança alimentar, a grande maioria dos produtores rurais brasileiros não faz parte dessa estatística de faturamentos na casa de milhões, bilhões, trilhões. Como ampliar a participação na economia de uma maior parte de produtores rurais e diminuir as desigualdades também neste setor?

FÁVARO: À medida que criamos oportunidades de novos mercados, que buscamos oferecer mais crédito rural, que contamos com linhas específicas para médios produtores, isso sem falar de um Plano Safra específico para a agricultura familiar, estamos também trabalhando ferramentas para dar mais oportunidades. Já foi constatado pelo censo do IBGE que as desigualdades estão diminuindo nos municípios que mais se desenvolvem, alavancados pela agropecuária.

MT do Futuro: Por que a maior parte dos setores do agro tem o presidente Lula como um inimigo?

FÁVARO: Se a gente puder dar um mérito ao Bolsonaro, ele conseguiu, na verdade, tirar da cabeça dos produtores a imagem de tudo aquilo que o Presidente Lula fez para o setor quando presidiu este país. Foi o Presidente Lula, por exemplo, que regulamentou um assunto polêmico, com a ciência, regulamentando o uso de transgênicos no Brasil. O Presidente Lula criou também o Programa Nacional do Biodiesel, que melhorou a condição de formação de preço da soja e outras oleaginosas, melhorou as condições na composição dos combustíveis fósseis, trazendo a energia renovável,

verde. Foi ele que implementou o carro flex há 20 anos, dando essa condição ao Brasil de escolher qual combustível vai usar, trazendo competitividade.

MT do Futuro: O que o governo do presidente Lula tem feito para melhorar as relações entre o agro e a esquerda?

FÁVARO: Como eu sempre tenho dito, para nós a eleição acabou. O trabalho do governo federal como um todo e nosso, no Ministério da Agricultura e Pecuária é no sentido de olhar para as políticas públicas do setor. Mas também não posso deixar de reconhecer, como já dito, que a história nos mostra que os mandatos do presidente Lula permitiram a evolução e a revolução do agronegócio brasileiro. Você nunca viu o Presidente Lula falar mal do agronegócio, dizer que vai taxar exportações, trazer insegurança jurídica no campo, ou desestabilizar esse setor. Pelo contrário, eu fui coordenador da campanha na parte agrícola com outros amigos, e foi espetacular os posicionamentos dele, os quais ele vem cumprindo agora na prática como Presidente da República.

“Para nós, a eleição acabou (...) a história nos mostra que os mandatos do presidente Lula permitiram a evolução e a revolução do agronegócio brasileiro. Você nunca viu o Presidente Lula falar mal do agronegócio, dizer que vai taxar exportações, trazer insegurança jurídica no campo, ou desestabilizar esse setor.”

É nítido que o senhor enfrenta forte resistência de grupos bolsonaristas que pautam o agro. Como isso tem sido combatido?

FÁVARO: Com trabalho. Com verdade. Com fatos. Estamos focados em trabalhar sem olhar para ideologias ou partidos. O nosso olhar é para o setor. E isso tem sido cada vez mais reconhecido. E não é apenas ao longo desses 11 meses, mas desde o começo do governo. Em Rondonópolis, ainda no mês de março, o presidente Lula recebeu produtores rurais de Mato Grosso. No mês passado, estivemos no Palácio do Planalto com representantes das maiores empresas de agronegócio do Brasil agradecendo a política do governo federal - diplomática e de combate aos crimes ambientais - que já se traduz em resultados positivos para o setor que encontra mais facilidade para comercialização de seus produtos no exterior.

MT do Futuro: E dentro do PT, há setores que fazem oposição a você como ministro? Quais são os motivos?

FÁVARO: Não existe a pretensão de se agradar a todos. Mas não estamos olhando para esse tipo de oposição, se





existe, de fato, ou não. É natural da política que em momentos diferentes cada partido busque os espaços que julgue mais adequados, mas o que há de concreto, neste momento, é um trabalho de transversalidade no governo federal. Aqui no Mapa eu recebo – e faço sempre questão de receber parlamentares – de todos os partidos, de todas as bancadas. E, no trabalho que fazemos, percebemos um interesse comum de trabalhar pelo desenvolvimento do agro sustentável. O que posso dizer é que, da minha parte, quem quiser caminhar nesse caminho, não encontrará oposição.

MT do Futuro: Como funciona o programa do Governo Federal que leva produtores para áreas já desmatadas?

FÁVARO: Este é o maior programa de produção sustentável de alimentos do planeta. Nos últimos 50 anos, desde a criação da Embrapa, o Brasil protagonizou uma das revoluções mais importantes do mundo. Enquanto a nossa área de plantio tece um crescimento de 140%, nossa produtividade aumentou 580%. Isso graças à pesquisa, à ciência.

“Agora, podemos acentuar essa revolução! São 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade e com alta aptidão para a agricultura que poderão ser recuperadas e convertidas, em 10 anos, para intensificarmos a produção de alimentos. Ou seja, enquanto países europeus estão reduzindo a produção de alimentos, o Brasil vai produzir mais, porque pode e sabe como fazer isso com sustentabilidade, sem avançar nas nossas áreas preservadas, sem desmatar, aplicando boas práticas, com potencial de sequestro de carbono.”

MT do Futuro: O senhor acredita que as mudanças climáticas e os fenômenos recentes (grandes secas em alguns estados, calor extremo e fortes chuvas em outros) irão afetar as produções brasileiras nesses próximos meses? O governo tem algum plano emergencial para essa possibilidade?

FÁVARO: Já afetaram! Não é possível negar os efeitos das mudanças climáticas. Somente neste ano, por exemplo, no primeiro semestre vimos a seca devastando animais e plantações no Rio Grande do Sul e agora, meses depois, estamos trabalhando para socorrer os produtores afetados pelas inundações, isso ao mesmo tempo em que a região Norte sofre com a seca.

A primeira medida que adotamos desde o início do governo é o trabalho sempre conjunto. No Mapa, trabalhamos também muito alinhados com a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por exemplo. É rigor no combate aos crimes ambientais; o reconhecimento da própria ministra de que a imensa maioria dos produtores, ou seja, 98%, trabalham com práticas adequadas, e também o incentivo. Não é apenas o combate, mas também mostrar e dar ferramentas para quem quer produzir mais da melhor forma.

E, nos momentos de aflição, também temos que ter um olhar especial. Criamos novas linhas de crédito, como a linha dolarizada, uma linha para as cooperativas, que também sofrem com o endividamento do produtor. Nesse ano tivemos o maior Plano Safra da história. No trabalho junto às instituições financeiras, a prorrogação automática das dívidas dos produtores impactados pelas adversidades e ainda a repactuação dos débitos. Temos, no Mapa, um programa de recuperação de estradas vicinais concebido para ser célere e eficaz. E ele também contempla medidas emergenciais nos municípios mais atingidos pelos efeitos do clima.

MT do Futuro: Como o governo tem conciliado as políticas para o setor agropecuário com ações de preservação ambiental e combate às mudanças climáticas?

FÁVARO: Trabalho conjunto. O primeiro ponto é desmistificar essa separação. O clima é o principal ativo da agropecuária. De nada adiantaria nossas terras férteis, gente vocacionada, tecnologia de ponta, se não tivéssemos clima. E a maioria dos produtores tem plena consciência disso. Por isso que o Brasil é uma potência em produção sustentável.

Dito isso, o governo federal trabalha na transversalidade. Mapa, MDA, MPA, MDR, MMA, MRE trabalham sempre em conjunto, alinhados. No agro, temos um Código Florestal rigoroso, temos, no governo, uma política de combate aos crimes ambientais, temos no setor produtores que compreendem a importância da sustentabilidade não apenas para produzir mais, mas também para produzir melhor e comercializar mais.

Na prática, esse trabalho alinhado se traduz em equilíbrio. Ao mesmo tempo em que cobramos boas práticas, que cobramos com rigor o cumprimento das leis, também trabalhamos em políticas públicas de incentivo, de conscientização, para promover a transição dos sistemas que ainda precisam e a otimização daqueles que podem continuar se desenvolvendo.

MT do Futuro: O PIB de MT em 2023 provavelmente estará acima da média nacional, e isso se deve principalmente ao crescimento do setor agropecuário. O que pode melhorar para que esse desenvolvimento se estenda à maioria da população em termos de combate às desigualdades, qualidade de vida e crescimento socioambiental?

FÁVARO: Quando falamos no crescimento do setor agropecuário, a gente tá falando no desenvolvimento de áreas rurais como um todo. À medida que um produtor aumenta sua produção, vende mais, exporta, ele não apenas gera mais empregos, mas também fortalece o comércio da localidade onde está instalado. É o ciclo da economia e isso ficou evidenciado no novo censo do IBGE que apontou que as fronteiras agrícolas mais recentes, concentradas nas regiões Centro-Oeste



e Norte do país, tiveram, em alguns estados, elevação de renda acima da média do Brasil, diminuindo a desigualdade e aumentando a população desses municípios. Friso aqui a diminuição da desigualdade. A gente, especialmente em Mato Grosso, consegue ver a olhos nus o desenvolvimento dos municípios que tem na agropecuária sua principal atividade econômica. Quando falo do programa de recuperação de estradas vicinais do Mapa, por exemplo, eu não estou falando apenas do escoamento da safra, a gente tá falando daquelas estradas que são tão importantes para que as ambulâncias possam passar, para um aluno chegar à escola, para aquele pequeno produtor levar seu leite pra vender.

MT do Futuro: Qual ou quais ações do Governo o senhor considera como mais positivas para o agro neste ano e nos próximos?

FÁVARO: São muitas. Primeiro a retomada de um governo diplomático, que abre diálogo e retoma laços fraternais com países parceiros, isso, sem dúvida, abre as portas para a agropecuária brasileira e, neste ano, já abrimos 65 mercados para os mais diversos produtos. E este é um exemplo. São mais produtos da agropecuária brasileira chegando em mais países, para mais consumidores, ampliando também a nossa economia local. E além dos novos mercados, da pauta diversificada, ampliamos e retomamos boas relações com parceiros importantes.

“Há quantos anos a China não habilitava um novo frigorífico? Fomos lá em março e conquistamos novas habilitações. Foram duas décadas de espera até conseguir a abertura de mercado do México para a nossa carne bovina e suína.”

Se por um lado, a retomada das boas relações amplia as oportunidades para quem já produz, um plano safra robusto, com o maior volume de recursos da história, com olhar diferenciado para o médio produtor se tornar grande, reconhecendo e premiando quem aplica as boas práticas, também permite que a gente tenha a oferecer cada vez mais para os mercados interno e externo. E, aliado a isso, temos um sistema de Defesa Sanitária eficaz, rigoroso, de excelência. Veja que exportamos 35% do frango do mundo e somos um dos únicos quatro países com status de livre da gripe aviária em granjas comerciais. Isso não é acaso. É um trabalho sério realizado com muito rigor.

Também trouxemos novas propostas, alternativas. Uma linha de crédito dolarizada que partiu da nossa iniciativa junto ao BNDES e agora se ampliou para os mais diversos setores. É a possibilidade de mais crédito rural.

E, enquanto muitos países vêm reduzindo a sua produção porque precisam frear o desmatamento, nós vamos fazer justamente o contrário. Sem ir na contramão. Vamos produzir mais alimentos, o que representa uma importante contribuição para a segurança alimentar do planeta, mas sem desmatar, sem avançar na nossa área preservada, com baixa emissão e sequestro de carbono, contribuindo também para o combate às mudanças climáticas.





QUER ENVELHECER BEM? Vem pra Mato Grosso!

Na terceira edição do Índice de Desenvolvimento Urbano para Longevidade (IDL) de 2023, divulgada recentemente pelo Instituto de Longevidade, Mato Grosso se destacou com duas de suas cidades figurando entre as dez melhores da região Centro-Oeste para se viver na terceira idade. Esse índice avaliou o grau de preparação das cidades para proporcionar qualidade de vida às pessoas com 60 anos ou mais, considerando 23 indicadores que abrangem aspectos de saúde, socioambiental e economia.

As duas cidades mato-grossenses que alcançaram esse reconhecimento são Sinop e Cuiabá. O resultado é motivo de comemoração para os moradores e autoridades locais, destacando o compromisso com o bem-estar e a qualidade de vida dos idosos em suas respectivas comunidades.

O IDL 2023 baseou-se em informações obtidas em bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DataSUS e do Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS). Além disso, o instituto criou um sistema de pontuação que classifica os municípios em três categorias: grandes (com mais de 100 mil habitantes), médias (com população entre 34.850 e 100 mil habitantes) e pequenas (até 34.850 habitantes).

Os investimentos em políticas públicas, infraestrutura e serviços voltados para os idosos contribuíram para esse reconhecimento.

Além das duas cidades mato-grossenses, a lista das dez melhores cidades do Centro-Oeste para a longevidade, segundo o IDL 2023, inclui Goiânia (GO), Brasília (DF), Campo Grande (MS), Três Lagoas (MS), Catalão (GO), Itumbiara (GO), Dourados (MS) e Rio Verde (GO). Essas cidades também merecem destaque por seu compromisso com a qualidade de vida da população idosa.

O IDL 2023 serve como uma importante ferramenta de avaliação para o planejamento e o desenvolvimento de políticas voltadas para a terceira idade, incentivando as cidades a melhorar sua infraestrutura e serviços, tornando-as lugares ideais para o envelheci-

mento saudável e pleno. O reconhecimento de Sinop e Cuiabá nesse índice é um reflexo do esforço contínuo para criar ambientes amigáveis e inclusivos para todas as faixas etárias da população.

SINOP, UM OÁSIS DE QUALIDADE DE VIDA

O índice apontou Sinop como a melhor cidade do Estado para se envelhecer. Apesar de ocupar a 109ª posição no ranking nacional, o desempenho da cidade superou outras cidades mato-grossenses.

Foram avaliados 23 indicadores de dados públicos, considerando aspectos relacionados à saúde, socioambiental e economia. As informações foram coletadas a partir de bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), DataSUS e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O instituto classificou os municípios em três categorias: grandes (com mais de 100 mil habitantes), médias (com população entre 34.850 e 100 mil habitantes) e pequenas (até 34.850 habitantes).



SAÚDE PARA **DAR E VENDER**

O maior destaque de Sinop no ranking se deu no quesito saúde, onde a cidade obteve uma nota de 64, ficando muito próxima de Goiânia (67), que liderou esse aspecto na região Centro-Oeste entre as “cidades grandes”. Além disso, Sinop conquistou boas notas em itens como produção de riqueza municipal (81,61), telecomunicações (99,83), estabelecimentos de saúde (97,90) e profissionais de saúde (90,01).

No entanto, o município teve algumas áreas com desempenho inferior, como carga tributária (17,69), longevidade esperada aos 60 anos (20,39) e óbitos por doenças infecciosas e parasitárias (18,93). Esses são aspectos que podem ser alvo de futuras melhorias para a cidade continuar a avançar no índice.

Em relação às outras cidades do Estado, Cuiabá se destacou como a segunda melhor para se envelhecer, ocupando a 113ª posição entre as cidades grandes no Brasil. Cuiabá apresentou pontos fortes, como telecomunicações (98,97), profissionais de saúde (100), engajamento cívico dos idosos (88,37) e estabelecimentos de saúde (82,15). No entanto, a capital mato-grossense também enfrenta desafios, como carga tributária (5,26), endividamento municipal (16,52) e vulnerabilidade social dos idosos (28,13).



Confira o ranking



Cidades Grandes

- 1° Sinop
- 2° Cuiabá
- 3° Rondonópolis
- 4° Tangará da Serra
- 5° Várzea Grande

Cidades Médias

- 1° Primavera do Leste
- 2° Campo Novo do Parecis
- 3° Nova Mutum
- 4° Alta Floresta
- 5° Sorriso

Cidades Pequenas

- 1° Ponte Branca
- 2° Campos de Júlio
- 3° Novo São Joaquim
- 4° Itaúba
- 5° Porto dos Gaúchos

RESIDENCIAL

COLINAS DOURADAS

1.000

novas casas resgatam a
dignidade da moradia para
milhares de famílias em

VG



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE

Mais por Você. Mais por Várzea Grande.



Botelho intervém e 37 comunidades de Cuiabá recebem poços artesianos

A perfuração de poços artesianos nas comunidades rurais reacende a esperança de milhares de famílias, que dependem da agricultura familiar para o próprio sustento. Um dos gargalos é a falta de água para a sobrevivência e irrigação. É por isso que o deputado Eduardo Botelho, presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso – ALMT, neste ano destinou emenda de bancada para a construção dos poços nas comunidades rurais.



Em agosto deste ano, 25 unidades estavam prontas. E mais 12 estão em andamento, neste mês. No total, 37 poços artesianos foram perfurados.

Defensor da agricultura familiar e dos pequenos produtores rurais, Botelho trabalhou na roça e sabe a importância de ter água potável em casa. Ele ressalta que o pequeno produtor depende dessa estrutura para conseguir a subsistência. E, por isso, conclamou os deputados para compor a emenda de bancada a fim de alavancar o setor. Já atendeu comunidades de Barra do Bugres, Nossa Senhora do Livramento e Jangada. Só em Cuiabá, mais de 2,6 mil famílias já foram contempladas.

Botelho destaca a força-tarefa que está a todo vapor. A Baixada Cuiabana está sendo beneficiada, neste mês, mais 12 poços estão sendo perfurados em comunidades de Cuiabá, dentre elas: Pai Joaquim, 21 de Abril, Associação Barreiro Branco, Santa Tereza, Rio dos Couros II, Bela Vista, Três Pedras, Santa Luzia, Arraial dos Freitas, Recanto Tranquilo e Recanto Jurumirim.



ÁGUA PARA TODOS


Na comunidade Três Pedras, próxima ao distrito da Guia, a qualidade de vida está melhorando com a perfuração do poço artesiano, construído por meio da parceria da ALMT com a Companhia Mato-grossense de Mineração – Metamat.

Aos 56 anos de idade, a moradora Edineide de Jesus Figueiredo, conhece bem a dificuldade de abastecer a residência com baldes de água e lavar roupas na beira do rio. “Aqui na Três Pedras levava uma vida difícil porque tinha que carregar água no latão na cabeça. E, quando o rio estava muito cheio com água suja, tinha que pegar água no ‘corgo’, limpava a cacimba para pegar a água para cozinhar e beber. Nem plantas tinha porque não dava para regar”, relata a moradora.


Edineide conta a emoção que sentiu quando recebeu a informação sobre a indicação de Botelho para a sua comunidade receber um dos poços artesanais. “Muitos já vieram aqui, mas Botelho foi o único que cumpriu a palavra. Hoje minha vida é totalmente diferente. É outra vida porque tendo água, e água é tudo. Me emocionei quando vi a água chegando, comemora.

EMENDA DE BANCADA

Para o deputado, a força-tarefa para viabilizar os recursos tem sido fundamental. Defende que com os poços, além do conforto da água potável para as necessidades básicas, os moradores podem investir na agricultura familiar, gerando emprego e renda.



Todos os municípios vão receber esse investimento construído dentro da Assembleia Legislativa, uma iniciativa nossa. Espero que aproveitem bem e dividam esse benefício para que seja de maior utilidade possível e de produção. É um trabalho da Assembleia Legislativa em parceria com o governo de Mato Grosso”, explica Botelho.



Exportações e Importações de MT são fundamentais na balança comercial do Brasil

Números de 2022 demonstram a força no cenário nacional



Mato Grosso, um dos Estados mais importantes do Brasil em termos de agricultura e pecuária, continua a desempenhar um papel fundamental na balança comercial do país, registrando números impressionantes no ano de 2022. De acordo com dados do Radar de Controle Público, compilados a partir de fontes como Comex e IBGE, a balança comercial do Estado revela um cenário de prosperidade e crescimento nas exportações e importações.

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL

O saldo da balança comercial de Mato Grosso em 2022 atingiu a cifra surpreendente de R\$ 24.706.268.908,00. Esse valor resulta da diferença entre as exportações e as importações, demonstrando a força da economia do estado no cenário nacional.

EXPORTAÇÕES EM DESTAQUE

Mato Grosso exportou um total de US\$ 30.166.904.316,00 em mercadorias, o equivalente a 54.488.008 toneladas. Os principais destinos das exportações do Estado foram a China, Espanha, Tailândia, Irã, Holanda, Vietnã, Índia, entre outros países. Os produtos mais significativos nas exportações incluíram soja tritura, milho em grão, bagaços e outros resíduos sólidos, carnes desossadas, algodão e óleo de soja.

IMPORTAÇÕES SUSTENTADAS

As importações de Mato Grosso totalizaram US\$ 5.460.635.408,00, representando 8.361.947 toneladas de produtos importados. Os principais parceiros comerciais do estado foram a China, Canadá, Rússia, Estados Unidos, Israel, Marrocos e Bolívia. Entre os principais produtos importados estão outros cloretos de potássio, ureia, mesmo em solução aquosa, outros adubos/fertilizantes



minerais, sulfato de amônio, e diversos insumos essenciais para a economia estadual.

PARTICIPAÇÃO DE MATO GROSSO NA BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL

Em 2022, Mato Grosso consolidou sua posição de destaque na balança comercial do Brasil, contribuindo com 42,94% do saldo positivo. Isso demonstra a importância do estado como um motor econômico para o país.

RANKING DOS ESTADOS EXPORTADORES

No contexto nacional, MT figura como o quarto maior estado exportador, com 9,78% do total. Os líderes desse ranking incluem São Paulo (20,43%), Rio de Janeiro (12,90%), e Minas Gerais (12,03%), demonstrando a relevância do estado na pauta exportadora brasileira.

RANKING DOS MUNICÍPIOS EXPORTADORES E IMPORTADORES

Os municípios de Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Primavera do Leste, Querência, Campo Novo do Parecis e Campo Verde destacaram-se como os principais exportadores do estado. No que diz respeito às importações, Rondonópolis, Sorriso, Cuiabá, Sinop, Comodoro, Querência e Nova Mutum lideraram o ranking, evidenciando a diversidade das atividades econômicas em diferentes regiões do estado.

Os números refletem a vitalidade da economia do Estado e sua crescente relevância no comércio internacional. Com uma pauta exportadora diversificada e uma participação significativa no comércio nacional, Mato Grosso continua a ser um Estado que molda o futuro econômico do Brasil.

TCE/MT promove cumprimento do Marco Legal do Saneamento Básico no Estado

Novo marco prevê universalização dos serviços de água e esgoto até 2033

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem se empenhado ativamente na promoção e fiscalização do cumprimento do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Estado, previstos na Lei nº 14.026/20. O presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Sustentabilidade do TCE-MT, conselheiro Sérgio Ricardo, destacou a importância desse compromisso em uma recente entrevista à revista Mato Grosso do Futuro.

O novo Marco Legal do Saneamento Básico, que entrou em vigor recentemente, proíbe a existência de lixões em todo o Estado, impondo penalidades aos prefeitos que não se adequarem. Prevê, ainda, a universalização dos serviços de água e esgoto até 2033. O TCE-MT atua na orientação e fiscalização desse cumprimento, juntamente com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso e as prefeituras locais.

O conselheiro destacou os esforços conjuntos que estão sendo realizados para garantir o cumprimento da lei. Reuniões foram realizadas com diversos municípios, incluindo o Consórcio de Prefeitos da Baixada Cuiabana, visando encontrar soluções para a disposição adequada de resíduos sólidos. Algumas cidades, como Alta Floresta e Rondonópolis, estão em processo de construção de aterros sanitários, legalizados para atender a várias localidades. Além disso, os municípios da Baixada Cuiabana estão se organizando em consórcios em que uma cidade constrói o aterro sanitário e outras cidades enviam seus resíduos para lá.

Sérgio Ricardo enfatizou a importância da cooperação entre as instituições para garantir a implementação do novo Marco Legal do Saneamento Básico. Todas as prefeituras estão compreendendo a necessidade de cumprir a lei e estão contribuindo para essa mudança.

No que diz respeito ao transporte de resíduos, o Governo do Estado de Mato Grosso demonstrou boa vontade em auxiliar na construção de estações de transbordo e na doação de caminhões para esse fim. Essa colaboração entre as instituições está tornando possível a transição para um sistema de saneamento básico mais adequado e em conformidade com a legislação.

Além disso, o conselheiro Sérgio Ricardo discutiu a importância de ações voltadas à sustentabilidade e à preservação dos biomas em Mato Grosso, que abriga três ecossistemas únicos: o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. Ele enfatizou a necessidade de os municípios e todos os envolvidos na produção agropecuária obedecerem às normas ambientais e promoverem o desenvolvimento sustentável.

Conforme ele, o TCE-MT, por meio da Comissão de Meio Ambiente, trabalha para incentivar o crescimento econômico e a produtividade com responsabilidade, em total conformidade com as leis ambientais. Aqueles que não obedecerem à lei serão multados e sofrerão as penalidades previstas.



UM PANTANAL SUSTENTÁVEL É POSSÍVEL?



Programa BID impulsiona desenvolvimento aliado à conservação de recursos naturais na região

Maior planície alagada do mundo, o Pantanal é uma área de extraordinária biodiversidade, que abrange três países: Brasil, Bolívia e Paraguai. O bioma Pantanal brasileiro ocupa 150.355 mil km², sendo 65% localizado em Mato Grosso do Sul e 35% em Mato Grosso. A região abriga mais de 4.700 espécies de fauna silvestre, incluindo aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes de água doce. O Pantanal também é reconhecido como uma Reserva da Biosfera Mundial pela UNESCO.

Apesar de sua importância ambiental e econômica, apenas 4,6% do bioma é protegido por unidades de conservação. É nesse contexto que o Programa BID Pantanal entra em cena, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai.

Criado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento Social (BID), o Programa BID Pantanal é um esforço para gerenciar e conservar os recursos naturais da região e promover atividades econômicas compatíveis com os ecossistemas locais.



ELE SE CONCENTRA EM QUATRO EIXOS PRINCIPAIS:

1. Renda:

Financiamento de projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs), abrangendo agricultura, pecuária e turismo.

2. Saneamento:

Ênfase em projetos de saneamento básico, drenagem, resíduos sólidos e outros, desde que relacionados à agropecuária.

3. Educação:

Inclui a conscientização ecológica nas escolas, bem como a qualificação em áreas como empreendedorismo, educação financeira e sucessão familiar.

4. Infraestrutura:

Engloba a realização de pequenas obras que viabilizem o escoamento da produção, como a construção de pontes.

O Programa BID Pantanal busca solucionar desafios que impactam a cadeia produtiva na região, como distribuição de água, irrigação, escoamento deficitário, regularização de produtos agrícolas e a necessidade de assistência técnica para agricultura familiar.

A execução do programa envolve o Governo Federal, em colaboração com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério das Cidades, além de prefeituras, associações e cooperativas locais.

Uma característica fundamental do Programa BID Pantanal é sua abordagem sustentável, visando preservar o patrimônio ambiental e cultural do Pantanal. Além disso, o programa busca melhorar as condições de vida da população local e envolve ativamente os Estados e a sociedade da região.

Os programas de trabalho e atividades abrangem uma ampla gama de áreas, incluindo gestão de recursos hídricos, solos, agrotóxicos, proteção da fauna, saneamento, apoio a atividades econômicas sustentáveis, assistência técnica para a agricultura familiar, estradas-parque, atividades ambientais em terras indígenas e participação pública.

O Programa BID Pantanal beneficiará mais de 3 milhões de habitantes em 12 municípios de Mato Grosso e 9 municípios de Mato Grosso do Sul. Além disso, 12 etnias indígenas e comunidades quilombolas também serão beneficiadas.

O BID Pantanal é uma iniciativa abrangente que visa impulsionar o desenvolvimento sustentável de uma das regiões mais ricas em biodiversidade do mundo, garantindo ao mesmo tempo a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Com investimentos significativos e um foco claro em sustentabilidade, o programa tem o potencial de criar um futuro promissor para o Pantanal e seus habitantes.

Mato Grosso, o Estado que mais cresceu neste século

Impulsionado pela atividade agropecuária, Mato Grosso foi o Estado brasileiro que mais cresceu neste século. Segundo o IBGE, a economia mato-grossense alcançou um ritmo quase três vezes maior do que o restante do Brasil. O PIB (Produto Interno Bruto) do Estado aumentou a um ritmo de 5,42% ao ano de 2002 a 2020, enquanto a economia brasileira avançou 1,96% a.a., em média.

Um estudo do Banco do Brasil prevê, até o final de 2023, uma expansão de 3,4% em Mato Grosso, enquanto para o país todo a expectativa do mercado financeiro é de alta de apenas 1%.

O agronegócio representa 56,6% do PIB estadual. A participação do Estado nessa área mais que dobrou entre 2002 e 2020, passando de 5% do total nacional para 10,6%. A safra de grãos foi multiplicada por seis, desde a colheita de 2002, passando de 15,9 milhões de toneladas para 94,1 milhões de toneladas neste ano, segundo projeção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Outros números refletem esse cenário positivo, como a quarta menor taxa de desemprego em comparação com outros estados (3,5%) no último trimestre do ano passado, e mais baixa ainda que a média dos países do G7, que ficou em 3,7%.

As terras planas que favorecem o cultivo e a logística, as chuvas regulares e a ampla luminosidade formam um conjunto de fatores naturais que, aliados ao trabalho dos produtores e às tecnologias cada vez mais sofisticadas, viabilizaram um crescimento que alavancou os setores de indústria e serviços, com expansão acima da média brasileira e de outros estados. Entre as atividades que se destacam estão, segundo o IBGE, as de gestão de resíduos e descontaminação; seguros e financeiras, além de científicas.



Entraves logísticos ainda atrapalham

Apesar dos índices promissores e otimistas, Mato Grosso esbarra, há décadas, em questões de logística e transporte para escoamento da produção. Uma alternativa é a Ferrogrão, que ligaria Sinop ao porto fluvial de Miritituba, no rio Tapajós. O projeto da ferrovia, de 933 quilômetros e avaliado em R\$ 8,3 bilhões, consolidaria um novo corredor para exportação, mas teve seu processo de concessão suspenso por falhas no licenciamento ambiental.

artigo



Compromisso e Transformação

Kalil Baracat

Prefeito de Várzea Grande

É com imensa satisfação que compartilho alguns dos passos significativos que nossa gestão em Várzea Grande tem tomado, reafirmando meu compromisso inabalável com a população várzea-grandense, os servidores públicos e o desenvolvimento desta cidade que tanto amamos. Nossa visão é clara: buscamos uma Várzea Grande economicamente forte, mas acima de tudo, socialmente justa para todos.

O pagamento do RGA (Revisão Geral Anual) é uma expressão tangível do compromisso que temos com os servidores públicos. É um reconhecimento merecido pelo esforço e dedicação desses profissionais essenciais para o funcionamento da administração.

Na esfera educacional, celebramos um marco histórico com a concretização do tão aguardado enquadramento dos servidores da educação, um fortalecimento crucial da base para o desenvolvimento educacional de nossas crianças e adolescentes.

A implementação do passe livre para estudantes é um avanço que reflete nosso compromisso de mais de uma década, eliminando não apenas barreiras econômicas, mas também sinalizando um investimento sólido no futuro de nossa cidade através da educação acessível a todos. Cerca de 5.404 estudantes do município agora desfrutam de dois créditos diários, representando um investimento total de R\$ 4.133.752,48 milhões.

Ao abordar as questões sociais, destaco com orgulho a atenção especial dedicada aos idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade. Medidas concretas, exemplificadas pela Casa de Sarita, foram adotadas para garantir que esses segmentos da população recebam o suporte necessário, reforçando nosso compromisso com uma comunidade justa e inclusiva, na qual acolhimento, valorização e amor ao próximo são premissas fundamentais.

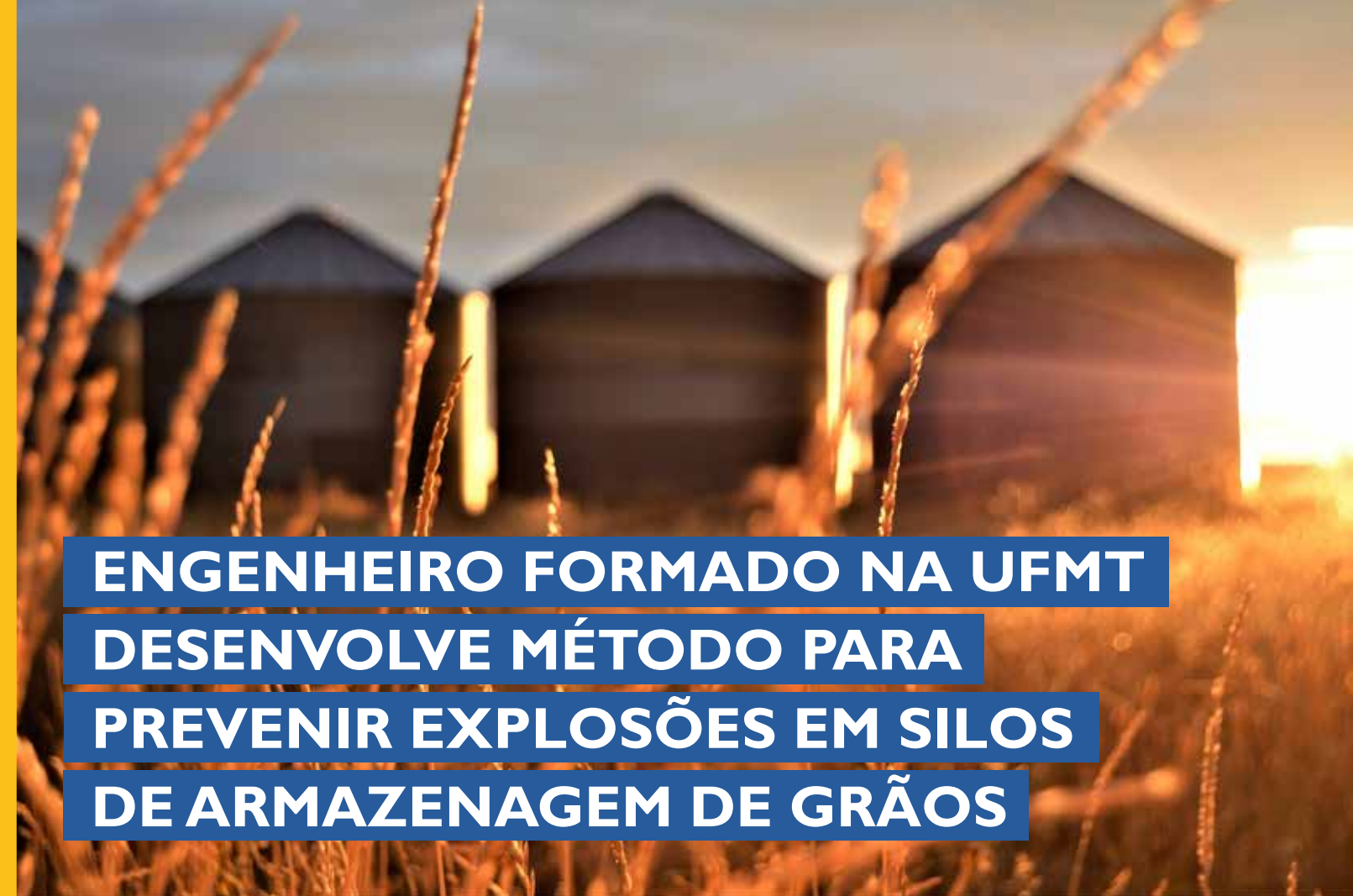
Outra conquista que me enche de alegria é ver nossas crianças nascendo na Maternidade Dr. Francisco Lustosa de Figueiredo, que desde 2021 contabiliza mais de 3.400 partos realizados, proporcionando cuidados essenciais às mães e recém-nascidos.

“Reconheço plenamente os desafios cruciais que enfrentamos, especialmente a persistente falta de água que aflige nossa população há décadas. Apesar da complexidade do problema, reafirmo meu compromisso inequívoco em buscar soluções. Estou ciente de que o caminho é árduo, mas quero assegurar aos munícipes que estou totalmente à disposição, pedindo compreensão durante o processo de enfrentamento desse desafio histórico”.

Acionamos linhas de crédito significativas, totalizando R\$ 462 milhões em investimentos destinados a solucionar a questão do abastecimento regular e do esgotamento sanitário em nosso município.

Neste momento em que a liderança responsável se torna mais crucial do que nunca, quero garantir a todos que Várzea Grande está nas mãos de um gestor comprometido, disposto a transformar desafios em oportunidades. Que este seja um capítulo de progresso e união para nossa amada cidade, minha terra natal!

Estamos trilhando esse caminho juntos, rumo a um futuro mais promissor para Várzea Grande!



ENGENHEIRO FORMADO NA UFMT DESENVOLVE MÉTODO PARA PREVENIR EXPLOSÕES EM SILOS DE ARMAZENAGEM DE GRÃOS

A segurança nas instalações de armazenagem de grãos tem sido alvo de grande preocupação por parte de produtores. Incidentes recentes ocorridos em várias regiões do país, como a trágica explosão que causou a perda de nove vidas no Paraná, além das ocorrências em Confresa e Nova Mutum, em MT, levaram o estudante da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) a apresentar uma solução inovadora para o problema, em seu trabalho de conclusão de curso (TCC).

Narciso Avelino Ermita de Oliveira, formado recentemente em Engenharia de Controle e Automação, concentrou sua pesquisa na prevenção de explosões em silos de armazenagem de grãos. O método desenvolvido por Oliveira visa a redução da ocorrência desses incidentes. A pesquisa foi desenvolvida sob orientação do professor Rafael Zamodzki.

De acordo com o engenheiro, a poeira combustível, constituída por partículas orgânicas em suspensão

no ar, adquire alta inflamabilidade ao alcançar uma concentração crítica. Isso significa que uma mera fagulha é capaz de desencadear uma sequência de reações, resultando em explosões similares às ocorridas recentemente.

Em sua pesquisa, Narciso buscou entender a conexão entre a poeira combustível e as explosões frequentes em silos de armazenagem de grãos. Além de analisar a dinâmica desses incidentes, ele se empenhou em descobrir uma solução prática e eficaz.

No entanto, o impacto dessa iniciativa vai além da tecnologia. Oliveira ressalta a importância da conscientização e treinamento adequado para os colaboradores que atuam nessas instalações. Muitos desconhecem os perigos associados à poeira combustível, e a falta de informações adequadas aumenta ainda mais o risco.

“A maioria dos armazéns e unidades de beneficiamento não possui nenhuma forma de

proteção contra esse tipo de evento, e isso é agravado pela falta de treinamento e disseminação de informações aos colaboradores sobre os riscos e procedimentos a serem seguidos em locais com alta concentração de poeira na atmosfera. Muitos nem mesmo têm conhecimento de que a poeira pode ser inflamável”, destaca Narciso Oliveira.

A pesquisa do engenheiro enfatiza a relevância da inovação e da colaboração na busca por soluções que enfrentem problemas. Além de desenvolver o método inovador, o engenheiro está disposto a compartilhar seu conhecimento e algoritmo com quem tenha interesse em aplicá-lo.

“O meu trabalho além de disseminar informações e procedimentos sobre o perigo de se trabalhar com poeira combustível, está aberto a qualquer pessoa que queira implementá-lo, se alguma pessoa se interessar pode entrar em contato comigo que eu disponibilizo inclusive o algoritmo que eu desenvolvi para o controlador lógico programável”, finalizou Oliveira.

O cerne da pesquisa está na criação de um método inovador destinado à prevenção de explosões em silos. O sistema desenvolvido pelo engenheiro monitora de forma contínua variáveis críticas, como temperatura e velocidade dos equipamentos, identificando quaisquer desvios dos parâmetros de segurança estabelecidos. Ao identificar uma violação, o sistema entra imediatamente em ação, interrompendo a operação dos equipamentos de transporte de grãos, assim evitando a possibilidade de uma reação em cadeia de consequências catastróficas.



O sistema criado monitora constantemente variáveis críticas para detectar possíveis desvios dos parâmetros de segurança definidos

RECEITAS EM ASCENSÃO E DESAFIOS A SUPERAR

Mato Grosso tem sido palco de uma notável trajetória de crescimento econômico nas últimas décadas, impulsionando sua arrecadação. O Radar de Controle Público, com dados provenientes da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-MT), lançou luz sobre a arrecadação do Estado, fornecendo informações cruciais para entender a saúde financeira da região.

RECEITA ARRECADADA E PREVISÃO PARA 2023

De acordo com o Radar de Controle Público, a receita prevista atualizada para o ano de 2023 em Mato Grosso é de R\$ 22.349.487.612,80. No entan-

to, até o momento, foi arrecadado o montante de R\$ 13.874.520.197,38. Embora a arrecadação até o momento seja significativa, representa um desafio para atingir a previsão total até o final do ano.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA

A composição da receita arrecadada em 2023 é diversificada, com os seguintes componentes: 34,3% provêm de transferências do município, 29,2% de transferências do Estado, 22,2% de transferências da União, 13,1% de outras transferências e 1,3% de operações de crédito. Essa diversificação reflete a interconexão econômica entre o estado, municípios e governo federal.





RANKING DA RECEITA ARRECADADA

Quando se trata do ranking da receita arrecadada líquida, algumas cidades se destacam, com Rondonópolis liderando com R\$ 1.101.496.958, seguida por Sinop com R\$ 827.224.222 e Várzea Grande com R\$ 767.749.221. Este ranking demonstra o papel central de algumas cidades no financiamento do estado.

RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA E DE IMPOSTOS

Além disso, o Radar de Controle Público também revela informações sobre a receita tributária própria. Sinop lidera com R\$ 264.232.106, seguida por Rondonópolis com R\$ 262.535.384. Quando se trata de impostos, o ranking é liderado por Sinop, com R\$ 86.276.247, seguida por Rondonópolis com R\$ 71.981.114. Esses números demonstram o compromisso das cidades em gerar receita por meio de tributos.

RANKING DE TRANSFERÊNCIAS

Em relação às transferências, Rondonópolis lidera com R\$ 179.108.120, seguida por Sorriso com R\$ 135.726.536 e Sinop com R\$ 103.948.293. As transferências desempenham um papel vital na distribuição de recursos para municípios menores.

É fundamental observar que o Radar de Controle Público oferece uma visão abrangente das finanças do Estado, permitindo análises detalhadas do desempenho fiscal e das principais fontes de receita. No entanto, é importante lembrar que os números refletem apenas o que foi registrado até o momento e que ajustes contábeis podem ocorrer.

A arrecadação de Mato Grosso é essencial para financiar serviços públicos, infraestrutura e projetos de desenvolvimento. O Estado enfrenta o desafio de manter o ritmo de arrecadação para alcançar a previsão orçamentária, bem como de garantir uma distribuição equitativa de recursos para todos os municípios.



Conselheiro do TCE/MT alerta sobre urgência em ações de preservação do Rio Cuiabá e sustentabilidade ambiental

Em conversa com a equipe da revista Mato Grosso do Futuro, o conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso, Sérgio Ricardo, enfatizou a necessidade premente de atenção e ações voltadas à preservação do Rio Cuiabá e à promoção da sustentabilidade ambiental no Estado. Ele abordou várias questões críticas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável da região.

Sérgio Ricardo expressou grande preocupação com a situação alarmante do Rio Cuiabá, afirmando que a qualidade do rio vem deteriorando ao longo dos anos. Ele comparou a situação do rio com exemplos de rios degradados em todo o mundo, como o Sena na França e o Tâmis em Londres, destacando a falta de ações efetivas para sua recuperação.



O Rio Cuiabá precisa de ajuda urgente do Poder Público, pois não tem recebido o apoio necessário. Ao longo dos anos, tem se deteriorado, e medidas significativas são



Sérgio Ricardo,
Conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso,

essenciais. Na França, o rio Sena foi recuperado após 100 anos de esforços. O mesmo aconteceu com o Rio Tâmis em Londres. Em São Paulo, o Rio Tietê e o Rio Pinheiros também enfrentam desafios, mas estão sendo abordados com ações eficazes, como a construção de canais para evitar a poluição. Precisamos adotar medidas semelhantes para o Rio Cuiabá, como a construção de grandes dutos laterais para evitar a contaminação”

PERIGO PARA A SAÚDE

Cidades despejam esgotos diretamente no rio

O conselheiro enfatizou que Várzea Grande e Cuiabá despejam esgoto diretamente no Rio Cuiabá, causando impactos no Pantanal e representando uma grave ameaça à saúde da população.

Sérgio Ricardo também levantou preocupações sobre praias inadequadas para banho e a necessidade de proteger o turismo na região. Ele elogiou o vice-governador Otaviano Pivetta por seu compromisso com o desenvolvimento da indústria do turismo em Mato Grosso.

Em relação às mudanças climáticas, o conselheiro destacou a importância do plantio de árvores para combater o aquecimento global e melhorar a qualidade do ar. Ele também sugeriu que instituições públicas adotem veículos movidos a etanol para reduzir a emissão de poluentes.

Sérgio Ricardo mencionou o projeto “Mato Grosso 2050”, do Tribunal de Contas, que visa combater as mudanças climáticas e grandes focos de calor. Uma das propostas inclui o plantio de 5 milhões de árvores por ano, com a participação dos municípios e da iniciativa privada.

“O plantio de árvores é fundamental para combater o calor e as mudanças climáticas, e todas as instituições públicas podem contribuir utilizando veículos movidos a etanol, um combustível mais limpo. Essas medidas são essenciais para preservar o meio ambiente e a qualidade de vida em Mato Grosso” enfatizou o conselheiro.



CUIABÁ QUE TE QUERO MAIS VERDE!


Em vigor desde 1º de janeiro deste ano, a Lei Complementar nº 515, que institui o Programa IPTU Sustentável, representa um passo importante da capital mato-grossense na busca por um futuro mais ecológico.

Com o objetivo de estimular os cidadãos a adotarem práticas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, a lei concede descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para habitações sustentáveis na capital de Mato Grosso.



Os benefícios tributários dos proprietários de imóveis que adotam essas tecnologias se tornam pequenos frente ao tamanho do benefício de estarem construindo uma cidade cada mais verde, cada vez mais sustentável e melhor para se viver”.

Prefeito Emanuel Pinheiro.



**Lei garante
descontos no IPTU
para habitações
com tecnologias
de preservação
ambiental**

Para ser elegível aos descontos do IPTU, as habitações sustentáveis devem adotar pelo menos uma das seguintes tecnologias:

1. Sistema de captação e reuso de águas pluviais.
2. Sistema de reuso de água de outras fontes além das pluviais.
3. Sistema de aquecimento hidráulico solar.
4. Sistema de aquecimento elétrico solar ou geração de energia fotovoltaica.
5. Sistema de utilização de energia eólica.
6. Instalação de telhado verde.
7. Construção com materiais sustentáveis.
8. Calçadas verdes com plantio de exemplares nativos.
9. Outras medidas aprovadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável.



COMO FUNCIONA?

O desconto no IPTU é concedido de forma individual e divisível para cada imóvel em condomínios que implementem as práticas sustentáveis, desde que não sejam idênticas às tecnologias aplicadas nas áreas comuns do condomínio.

O benefício tributário consiste em um desconto de 2,5% no IPTU para cada medida sustentável adotada, sendo que o desconto máximo por imóvel não deve ultrapassar 25% do valor do imposto.

O processo para obtenção do benefício é regulamentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável (SMADESS). Os interessados devem protocolizar um requerimento e apresentar provas do cumprimento das exigências estabelecidas na lei, incluindo a identificação do imóvel e a descrição das tecnologias aplicadas. A concessão definitiva do benefício deve ser proferida em até dois anos a partir da data do protocolo do requerimento.

A fiscalização da implementação das medidas sustentáveis fica a cargo da SMADESS, que verificará se as práticas estão sendo corretamente aplicadas. A renovação do pedido de benefício deve ser feita a cada dois anos, com a necessidade de uma nova vistoria.

MARCO LEGAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA:

Um olhar abrangente sobre Mato Grosso



Mato Grosso tem sido protagonista no avanço das políticas voltadas para a Primeira Infância, refletindo um compromisso com o futuro e o bem-estar das crianças. O Observatório do Marco Legal da Primeira Infância em Mato Grosso, plataforma digital, com dados de abrangência nacional, apresenta um diagnóstico detalhado que nos ajuda a entender a situação do Estado em relação a várias dimensões do desenvolvimento infantil. O site foi arti-

culado pela Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e a Andi Comunicação e Direitos. Os dados pesquisados são referentes ao ano de 2022.

A Constituição Federal assegura prioridade absoluta às crianças na efetivação de seus direitos, e o Marco Legal da Primeira Infância reforça esse compromisso. No entanto, o relatório destaca alguns desafios em Mato Grosso, como a estimativa de sub-registro de nascimento em 3,1%, o que significa que 1.791 crianças com até um ano de idade não possuem registro de nascimento. Além disso, a proporção de crianças de 0 a 5 anos em

situação domiciliar de pobreza é de 35,8%.

No entanto, programas como o Bolsa Família, que alcança 63% das crianças em situação de pobreza em Mato Grosso, e o Criança Feliz, que realiza visitas domiciliares a 62,1% das metas pactuadas, estão desempenhando um papel fundamental na promoção do bem-estar infantil no Estado. Além disso, a cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) atinge 95,7%, demonstrando um esforço significativo na prevenção de situações de risco e no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.



EDUCAÇÃO: INVESTINDO NO FUTURO

A educação infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, e Mato Grosso tem feito avanços notáveis nesse aspecto. O Estado possui um total de 79.958 matrículas em creches e 103.605 em pré-escolas. A proporção de crianças de 0 a 5 anos frequentando centros de educação infantil é de 30,3%, embora haja desigualdades no acesso, com 95,8% das crianças brancas frequentando creches, em comparação com 91,1% das crianças negras.

Além disso, a qualidade das estruturas de educação infantil em Mato Grosso é notável, com altas taxas de centros que possuem áreas externas, parques infantis e recursos de acessibilidade. No entanto, o relatório também aponta que 2,9% das crianças de quatro e cinco anos não frequentam a pré-escola, apesar de ser obrigatória.

SAÚDE: PREVENÇÃO E BEM-ESTAR

A saúde das crianças é uma prioridade, e a vacinação desempenha um papel fundamental na proteção contra doenças graves. Em Mato Grosso, a cobertura vacinal para a primeira infância é robusta, com altas taxas de imunização para várias doenças. Além disso, a taxa de detecção de Aids em menores de cinco anos é zero, indicando eficácia na

prevenção da transmissão vertical.

No entanto, o relatório também destaca desafios, como as taxas de incidência de sífilis congênita, que revelam a necessidade contínua de monitoramento e intervenções para prevenir a transmissão de doenças de mãe para filho. A nutrição na primeira infância também é um foco importante, com dados mostrando que 10% das crianças apresentam déficit de altura.

PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIAS

A segurança das crianças é uma preocupação crucial, e o relatório do Observatório destaca a importância de prevenir acidentes e violência. As taxas de mortalidade infantil e materna são avaliadas, juntamente com as causas de mortes violentas, como agressão e acidentes.

O relatório ressalta a necessidade de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, uma vez que as agressões têm impactos diretos nas crianças. Além disso, a atuação dos Conselhos Tutelares é fundamental para proteger os direitos das crianças e garantir um ambiente seguro.





SUPERE SEUS LIMITES

VG RUN

A maior e melhor corrida
de rua de Várzea Grande

19/5

2024



Senador Jayme Campos conversa com o cacique etnia xavante, Graciano Aedzane Pronhopa

Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

UM MARCO PARA A PAZ NO CAMPO

Ninguém é contra os povos indígenas, são nossos irmãos. Eu vou trazer aqui, no mínimo, 10 caciques de reservas. Eles querem plantar, telefone, ar-condicionado e melhores condições de vida, e não viver nessa miserabilidade de hoje. Sem saúde, sem educação”.

(Jayme Campos – da tribuna do Senado)

Em 2007, quando o deputado federal mato-grossense Homero Pereira (1955-2013) apresentou um projeto de lei 490, visando regulamentar o artigo 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas, talvez não imaginava que a questão demorasse tanto tempo para uma resolução por parte do Congresso Nacional. O projeto alterava as Leis n.º 11.460/2007, a

4.132/1962, e 6.001/1973. Popularizou-se como Marco Temporal das Terras Indígenas. Na prática, buscou-se garantir a pacificação no campo brasileiro.

Foi um longo caminho. Precisou de uma ação firme, liderada pelo senador Jayme Campos (União-MT) para que o projeto fosse aprovado, após as ameaças à vida regular de milhares de pessoas e também pelo risco de desaparecimento de cidades inteiras que plantam

riquezas em Mato Grosso. A indefinição sobre a questão das reservas indígenas, que passaram a ser ampliadas e/ou criadas, gerou grande intranquilidade entre mulheres e homens de boa-fé, que, sob a terra, produzem alimentos, mas eram obrigados a conviver com a possibilidade de perder suas propriedades.

Jayme Campos se constituiu numa das principais vozes mais potentes em defesa do projeto do parlamentar mato-grossense. Em meio ao processo de discussão, o senador recebeu em seu gabinete em Brasília e também em Várzea Grande (MT), caravanas de diversos municípios de Mato Grosso e também do Pará que enfrentariam graves problemas diante da indefinição do tema. Eles relatavam temor e desânimo diante da possibilidade de serem desalojados de propriedades que ocupavam há pelo menos 30 anos.

Por diversas vezes da tribuna e também nas comissões temáticas do Senado, Jayme Campos fez alertas contundentes sobre a situação tanto do ponto de vista social como econômico. Entre outras, lembrou que os pequenos produtores rurais seriam os mais afetados sem o Marco Temporal. No país existem 9,2 milhões de hectares em processo de demarcação. “Cidades inteiras podem ser ‘dizimadas’, simplesmente, sumirem do mapa” – frisou.

Cálculos indicavam ainda que os prejuízos, decorrentes da derrubada do marco temporal, eram estimados em mais de R\$ 364,5 bilhões em produtos agrícolas que deixarão de ser produzidos no país e US\$ 42,73 bilhões em exportações não geradas/ano, de acordo com levantamento do Observatório Jurídico do Agro. Tal fato, conforme alerta feito pelo senador, fomentaria ainda um aumento significativo no preço dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Ex-governador de Mato Grosso e com larga experiência sobre a territorialidade do Estado, Jayme Campos denunciou, entre outras, ações das organizações não-governamentais que operam na faixa amazônica, classificando-as como “maior quadrilha que já se instalou no Brasil”. Para o senador, milhares de ONGs atuam para transformar os índios em massa de manobra

aos seus interesses: “O Comando Vermelho, o PCC, é fichinha perto dessas ONGs” - disse o senador.

E assim aconteceu: o PL 490 foi aprovado no final de julho pela Câmara dos Deputados e três meses depois, no dia 27 de outubro, foi a vez dos senadores finalizarem a tramitação do projeto.

STF TENTA USURPAR OS PODERES DO CONGRESSO NACIONAL

Em meio ao debate sobre o Marco Temporal das Terras Indígenas, o senador Jayme Campos subiu o tom e dirigiu duras críticas ao Supremo Tribunal Federal. Segundo ele, a decisão do STF em considerar o marco temporal inconstitucional, tendo um projeto do assunto tramitando no Congresso, foi uma usurpação de competências

“Há uma interferência inócua por parte do Supremo em relação a esse assunto. Para mim, é matéria vencida. Tem que deixar de querer legislar em nome do Congresso Nacional. O STF não tem toda essa autoridade” - disse o senador, em meio aos debates.

A decisão do STF acabou influenciando o presidente Lula a vetar o projeto aprovado pelo Congresso Nacional. Jayme Campos, no entanto, garantiu que a decisão do Palácio do Planalto seria enfrentada pelo Congresso para derrubar o veto e garantir que o Marco Legal seja transformado em lei.

O QUE É O MARCO TEMPORAL

O marco temporal é uma tese jurídica que defende uma alteração na política de demarcação de terras indígenas no Brasil. Segundo essa tese, só poderia reivindicar direito sobre uma terra o povo indígena que já estivesse ocupando-a no momento da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988.



AGORA VAI?

Considerada incompleta por alguns especialistas, a Reforma Tributária caminha para sua consolidação e promete simplificar impostos, acabar com jeitinhos e combater guerra fiscal entre estados

Há cerca de 40 anos em discussão no Brasil, a Reforma Tributária é considerada o principal desafio da agenda econômica do primeiro ano do governo Lula. O texto, considerado por alguns especialistas como incompleto, avançou em passos rápidos nos últimos meses, tendo como ponto central a criação de um novo modelo de tributação do comércio e dos serviços no Brasil.

Até o fechamento desta edição da Revista Mato Grosso do Futuro, Governo Federal e Congresso Nacional afirmavam que o texto da Reforma seria promulgado ainda em 2023.

O principal objetivo da Reforma Tributária é simplificar os impostos no País. Para isso, foi criado o chamado Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, com a unificação de cinco impostos em dois na tributação de comércio e serviços. Atualmente, cinco tributos são cobrados nos setores:

- **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);**
- **Programa de Integração Social (PIS);**
- **Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins);**
- **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); e**
- **Imposto Sobre Serviços (ISS).**

Com a reforma, serão criados: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) para substituir o IPI, PIS e Cofins, no âmbito federal; e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para unir o ICMS e o ISS, com gestão dos estados e dos municípios.

Outro ponto da Reforma é que a cobrança de impostos passará a ser feita no destino da mercadoria ou serviço e não mais na origem. Com isso, a reforma tributária tenta acabar com a guerra fiscal entre os estados, no qual cada um dava benefícios fiscais para atrair investimentos para a sua região.

Embora haja vozes contrárias, há também os especialistas que apresentam fortes argumentos a favor da Reforma e, embora reconheçam que ainda não se chegou a um modelo ideal, afirmam que estamos diante de um avanço. Como é o caso da advogada especialista em Direito Tributário Maria Carolina Gontijo, em recente artigo publicado pela revista Exame:

“Temos a primeira chance real de avançarmos em direção a um sistema mais moderno, mais transparente e, principalmente, mais simples.”

Carolina destacou, ainda, o emaranhado de normas e a confusão tributária que os empresários brasileiros enfrentam:

“Hoje as empresas vivem um emaranhado de normas, decisões e interpretações. Pagamos imposto sobre imposto, e o pior: sequer sabemos o que pagamos. Eu desafio qualquer um a encher um carrinho de supermercado e tentar imaginar quanto de tributo tem ali dentro. Ou nas sacolas que você carrega do shopping. Eu não sei, você não sabe (e o valor que está na nota é apenas uma estimativa bem irreal). Não, ninguém sabe”, enfatiza.

De acordo com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a Reforma, além de proporcionar eficiência econômica, permitirá que o PIB do Brasil cresça 10% nos próximos 15 anos.

A proposta que seguiu originalmente da Câmara dos Deputados ao Senado foi modificada pelo relator, senador Eduardo Braga (MDB-AM), que incorporou uma série de emendas apresentadas na Casa. Além da

simplificação de tributos, a Reforma aprovada prevê isenção de produtos da cesta básica e uma série de outras medidas.

A CARGA TRIBUTÁRIA VAI AUMENTAR?

Braga destacou que a proposta não vai representar aumento de carga tributária. De acordo com ele, o texto prevê uma “trava” para a cobrança dos impostos sobre o consumo, ou seja, um limite que não poderá ser ultrapassado.

Em um manifesto realizado antes da aprovação do texto no Senado, em 8 de novembro, 72 economistas e empresários criticaram o aumento de exceções na reforma tributária. “Reconhecemos que concessões são necessárias para viabilizar politicamente a aprovação da reforma, mas advertimos que, sob a perspectiva técnica, o limite razoável já foi atingido ou mesmo superado”, diz o documento.

Ainda que com críticas, os economistas defenderam a aprovação do texto e a simplificação do sistema tributário.

REFORMA MAIS AGUARDADA É DO IR

Entidades do Fisco afirmam que, embora a reforma tributária do consumo e de serviços seja fundamental para a economia brasileira, a mais importante e mais aguardada é a reforma que modifica o Imposto de Renda. O texto deve ser enviado pelo governo em até 90 dias depois da promulgação da PEC atual. A reforma do IR pretende alcançar a tão falada justiça tributária, na qual os mais pobres pagarão realmente menos impostos que os mais ricos.

Como funciona um imposto do tipo IVA



Obs: Foi usada uma alíquota hipotética de 25%.

IVA total

Somando-se os valores de IVA efetivamente pagos, obtemos o mesmo valor de R\$ 38 cobrados do consumidor na etapa final:

$$10 + 7 + 9 + 12 = \mathbf{R\$ 38}$$

*IVA: Imposto sobre Valor Agregado, que, pela reforma, será desdobrado. Serão extintos cinco tributos – ISS, ICMS, IPI, Cofins e a Contribuição para o PIS – e autorizada a instituição de dois, sendo um com receita destinada à União (Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS) e outro com receita compartilhada entre Estados e Municípios (Imposto sobre Bens e Serviços – IBS).
Fonte: Ministério da Fazenda. Os valores foram alterados em relação ao modelo original.



O contribuinte não pode continuar a sustentar o peso do estado. Se o receio é que aprovação da PEC acarrete aumento de carga tributária, temos a convicção de que o modelo garante que isso não ocorrerá.”

(Senador Eduardo Braga, relator da Reforma Tributária no Senado)

Ao todo, o texto recebeu cerca de 830 emendas durante a discussão no Senado. Braga acatou parte das sugestões de mudanças propostas no Plenário. Durante a votação em segundo turno, senadores rejeitaram destaques apresentados por senadores da oposição para limitar a soma das alíquotas dos tributos. Uma das emendas previa o teto de 20%; outra estabelecia um limite de 25%.

Um acordo garantiu a aprovação de uma emenda que prevê a criação de um fundo de desenvolvimento para os estados da Região Norte. O fundo será criado por lei complementar.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que a aprovação da PEC é “histórica” e que vai garantir uma redução de tributos para a população mais pobre. Ele ressaltou que o texto prevê alíquota zero para arroz e feijão e outros itens da cesta básica.



É isto que nós estamos votando: a redução dos tributos. Agora, eu também entendo porque a oposição hoje não quer que a alíquota da carne da cesta básica seja reduzida a 0%. Eles estão incomodados porque o brasileiro, depois do governo do presidente Lula, voltou a comer picanha. De uma taxa de tributação hoje com peso de 34%, nós, com a instituição do IVA, passaremos a ter uma tributação de 22% a 27,5%.”

(Senador Randolfe Rodrigues)

OPOSIÇÃO É CONTRA EXCESSO DE REGIMES DIFERENCIADOS

A principal crítica dos senadores da oposição recaiu sobre o excesso de setores e produtos que ficarão em regimes diferenciados da regra geral do futuro IVA. O líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que a reforma vai na prática aumentar a carga tributária para a maior parte da população. Segundo o senador, a proposta foi “desconfigurada” e está longe de simplificar o atual modelo.



Quem teve mais condição de gritar, de brigar, de fazer o lobby funcionar está contemplado com inserções dentro do projeto em tela. Aqueles que não tiveram essa força ou esse cuidado vão ser obrigados a suportar uma carga tributária — pasmem, senhores — que vai ser a maior do mundo. Nós estamos falando de um assunto muito sério, em que não há nenhum estudo de impacto. O que nós temos, na verdade, é uma perspectiva de um IVA maior do que os 27,5%.”

(Senador Rogério Marinho).

QUEM TERÁ REGIME DIFERENCIADO?

Entre os setores que terão regimes diferenciados, segundo o texto, estão: transportes, combustíveis, saneamento, planos de saúde, setor imobiliário, jogos de

prognósticos, loterias, instituições financeiras, incluindo bancos. Ao rejeitar emendas para retirar setores dessa lista, o relator reforçou que eles já possuem regimes diferenciados e pagam carga tributária inferior à média nacional.

GOVERNADORES E PREFEITOS TEMEM PERDER ARRECADAÇÃO

“Nós vamos ter governadores de pires na mão, que não têm mais capacidade de receber seu próprio tributo e que ficam na mão de um comitê gestor ou conselho federal. Vamos ter prefeitos com pires na mão, que não podem mais ter o seu ISS.” (Senador Oriovisto Guimarães).

174 países adotam o IVA no mundo

- ▶ Adoção do imposto **começou** na década de **1960**, na Dinamarca, Alemanha e França
- ▶ Na **década seguinte**, a Comunidade Europeia estabeleceu a **obrigatoriedade** de adoção do tributo pelos países-membros

Fonte: Carl Shoup, 1990

agência senado

A CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal), que tributam o consumo, são formas de Imposto sobre Valor Agregado. Esse tipo de tributo incide somente sobre o que foi agregado em cada etapa da produção de um bem ou serviço, excluindo valores pagos em etapas anteriores. O IVA já é adotado em mais de 170 países. A ideia é acabar com a incidência de tributação em “cascata”.

MAIS DETALHES SOBRE A REFORMA

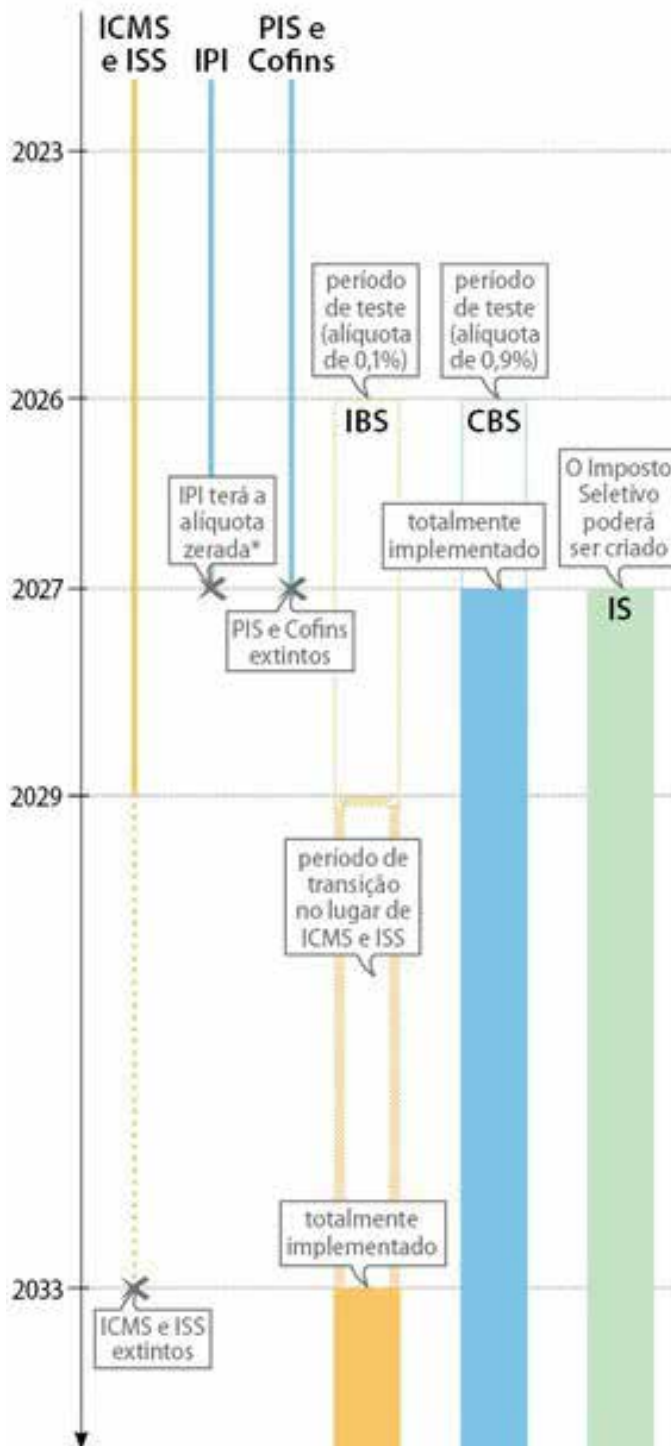
ALÍQUOTAS E ISENÇÕES

Haverá uma alíquota-padrão e outra diferenciada para atender setores beneficiados com isenções como educação e saúde. O texto também prevê isenção de IBS e CBS para uma cesta básica nacional de produtos a serem definidos em lei complementar para que produtos como arroz, feijão, entre outros fiquem isentos de tributação.

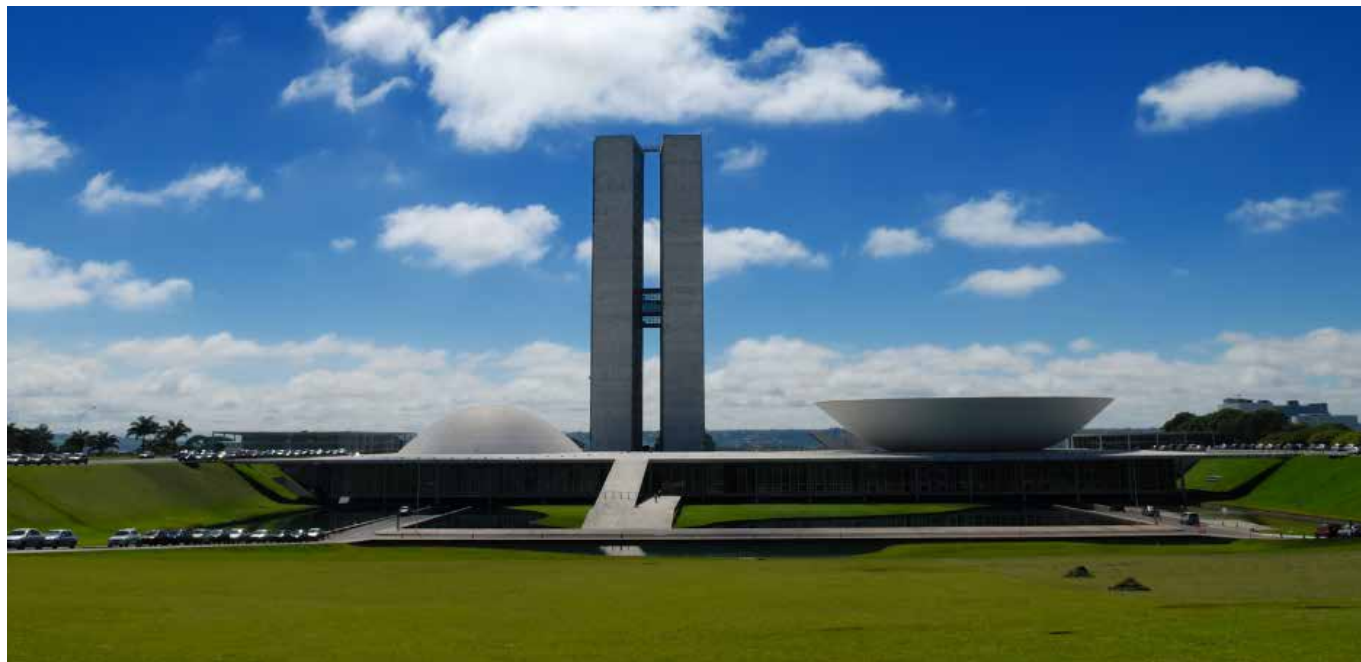
CASHBACK

Com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda, o texto também prevê a devolução de parte do imposto pago pelos consumidores, o chamado “cashback”. A medida vale para famílias de baixa renda e inclui o consumo de gás, de energia elétrica e outros.

Quando os novos impostos valerão?



*O IPI será extinto em 2027 se a CIDE estiver sendo cobrada sobre produtos da Zona Franca de Manaus. Se a CIDE não estiver sendo cobrada sobre a ZFM, o IPI será zerado no país, mas não extinto.



TRAVA

A fim de impedir o aumento da carga, o texto prevê uma “trava” para a cobrança de impostos sobre o consumo, ou seja, um limite que não poderá ser ultrapassado. De acordo com o texto apresentado pelo senador, o limite para a carga tributária será a média de 2012 a 2021, na proporção com o Produto Interno Bruto (PIB), representada pelas receitas com PIS/PASEP, COFINS, IPI, ISS e ICMS.

GUERRA FISCAL

Essa guerra gera o ‘passeio’ de mercadorias, no qual empresas optam por passar com o produto em localidades que não têm a ver com a entrega.

Com a reforma, a cobrança de impostos deixará de ser feita na origem (local de produção) e passará a ser feita no destino (local de consumo). A mudança visa dar fim à chamada guerra fiscal — a concessão de benefícios tributários por estados com o objetivo de atrair investimentos.

“IMPOSTO DO PECADO”

Diferentemente do IBS, o Imposto Seletivo (IS), também conhecido como “imposto do pecado”, funcionará como uma espécie de “taxa extra” sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. É o caso de cigarros e de bebidas alcoólicas.

COMPENSAÇÃO

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) é um dos instrumentos incluídos na PEC para reduzir discrepâncias entre os estados brasileiros. Os recursos do fundo serão aportados anualmente pelo governo federal. De R\$ 8 bilhões em 2029, os valores devem chegar a R\$ 60 bilhões em 2043. Do total, 30% serão distribuídos para os estados por critério populacional e 70% com base em um coeficiente de sua participação no Fundo de Participação dos Estados (FPE).

CESTA BÁSICA MAIS BARATA

A Cesta Básica Nacional de Alimentos será livre de impostos. Haverá uma cesta básica estendida, com pequena tributação. A definição sobre os produtos das duas modalidades será feita posteriormente, em lei complementar.

A definição dos alimentos da cesta básica deverá considerar a diversidade regional e cultural da alimentação e garantir alimentação saudável e nutricionalmente adequada.

MENOS IMPOSTO

Poderão ter isenção total de CBS e IBS:

- Cesta Básica Nacional de Alimentos
- produtos hortícolas, frutas e ovos
- serviços de saúde, dispositivos médicos e de acessibilidade para portadores de deficiência
- medicamentos
- produtos de cuidados básicos à saúde menstrual
- serviços prestados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) sem fins lucrativos
- compra de automóveis por taxistas
- compra de automóveis por pessoas com deficiência ou no espectro autista
- aquisição de medicamentos e dispositivos médicos pela administração direta, autarquias e fundações públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como pelas entidades de assistência social;
- atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.

Poderão ter redução de 60% na CBS e no IBS:

- serviços de transporte público coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semi-urbano e metropolitano;
- alimentos destinados ao consumo humano;
- produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda;
- produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura;
- insumos agropecuários e aquícolas;
- produções artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional;
- bens e serviços relacionados à soberania e à segurança nacional, da informação e cibernética;
- Cesta básica estendida.

Com informações: Agência Senado

PRODUÇÃO DE SOJA EM MATO GROSSO APRESENTA VARIAÇÕES NOS PREÇOS DOS SUBPRODUTOS EM OUTUBRO DE 2023



Em outubro de 2023, a produção de soja em Mato Grosso continua a ser um ponto focal da economia agrícola da região, e os preços de seus subprodutos mostraram variações significativas, de acordo com dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

No comparativo mensal, o preço médio do farelo de soja registrou um aumento de 3,12%, alcançando R\$ 2.120,83 por tonelada, enquanto o óleo de soja apresentou um incremento de 0,38%, fechando o mês em R\$ 4.403,25 por tonelada. Esse movimento de alta no farelo de soja pode ser atribuído ao aumento nas cotações do produto na bolsa de Chicago, enquanto o óleo de soja teve seu valor impulsionado pela valorização do petróleo Brent.

No entanto, quando comparados com o mesmo período do ano anterior, os preços dos subprodutos da soja mostraram uma desvalorização notável. O farelo de soja teve uma redução de 12,94%, e o óleo de soja registrou uma queda ainda mais significativa, com uma desvalorização de 32,39%. Essa tendência de queda se

deve principalmente à redução nos preços da soja em grão, que, na parcial de outubro de 2023 (média até o dia 27), exibiu uma redução de 12,55% em comparação com o mesmo período de outubro de 2022.

Apesar da variação dos preços dos subprodutos, é importante destacar que as indústrias experimentaram um aumento na margem bruta em outubro de 2023, com um avanço de 4,49% no comparativo mensal. Essa melhoria nas margens pode ser atribuída às condições de mercado e ao comportamento das cotações dos subprodutos.

A produção de soja em Mato Grosso continua a desempenhar um papel fundamental na economia da região e é influenciada por uma série de fatores, incluindo as oscilações nos preços dos subprodutos e as condições do mercado global. À medida que o setor se adapta a essas mudanças, os agricultores e a indústria continuam a enfrentar desafios e oportunidades em busca de um futuro próspero para a produção de soja em Mato Grosso.



FABINHO FECHA PRIMEIRO ANO DE MANDATO COM SALDO POSITIVO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Com um trabalho parlamentar voltado à população menos favorecida do Estado, Fabio Tardin “Fabinho” (PSB), tem se destacado como o deputado do povo na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT).

Em quase dez meses de mandato, o parlamentar já apresentou um total de 399 proposições, dessas, 129 Projetos de Leis que envolveram as mais diversas áreas, e que, aprovados, beneficiarão toda a população do Estado (saúde, educação, meio ambiente, segurança, idoso, pessoas com deficiência, esporte, etc), em sua maioria, focados nos vulneráveis, que são aqueles que mais dependem do poder público.

Na cidade que construiu sua família e onde vive há mais de 30 anos, ele se mantém atento as demandas do município, além de discutir soluções e cobrar providências dos órgãos responsáveis. Fabinho registra que mesmo sem ter emendas nesse primeiro ano de mandato, já articulou em torno de 9 milhões em recursos

que vão ajudar a melhorar as áreas da educação e saúde do município.

Emocionado, Fabinho se lembra de sua trajetória de muito trabalho, e se diz orgulhoso de tudo que viveu. De gari a deputado estadual, Fabinho também já atuou por muitos anos como assessor parlamentar em Várzea Grande.



Não deixo a minha Várzea Grande por nada, tenho muito amor e muito cuidado por esta terra que já me presenteou com tantas conquistas pessoais e profissionais, por isso todos os acontecimentos que impactam no município, tenho trazido para debate no parlamento estadual, a fim de garantir o apoio dos meus pares, e principalmente ampliar o diálogo com o Governador, já que está na hora da segunda maior cidade do Estado desenvolver em passos largos, para fazer jus ao posto que ocupa”.

Ao todo, o parlamentar ressaltou que dos projetos apresentados, 07 já se tornaram leis no estado, dentre eles, a Lei nº 12.315/2023, que dispõe sobre o projeto Olimpus e a Lei nº 12.219/2023 que Institui a Política Estadual de Valorização do Agente de Coleta de Resíduos (Gari).

Além disso, destaca alguns de seu projetos: PL nº 1408/2023, que visa fornecer refeições com preço popular para aqueles que aguardam atendimento, nos estabelecimentos de saúde; PL nº 1059/23, que garante o funcionamento 24h das delegacias das mulheres; PL nº 1170/2023, que garante a implantação do programa de orientação psicológica voluntária nas Escolas da Rede Pública do Estado, além de ter atuado em demandas sensíveis de Várzea Grande: instalação da UNEMAT; implantação do Hemocentro e IML; construção da Rodoviária e muitas outras.



TRANSPANTANEIRINHA:

Um novo caminho que se abre ao desenvolvimento

Projeto que pode transformar o acesso ao Pantanal em Mato Grosso



O Tribunal de Contas de Mato Grosso realizou uma expedição em defesa da construção da “Transpantaneirinha”, uma estrada de 90 quilômetros que promete revolucionar o acesso ao Pantanal através de Várzea Grande. Durante a expedição, diversas autoridades, incluindo o vice-governador Otaviano Pivetta, as prefeitas de Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger, e o prefeito de Livramento, Margareth de Munil, Francieli Magalhães, e Silmar de Souza Gonçalves – respectivamente, acompanharam a jornada, enfatizando a importância desse projeto para o desenvolvimento da região.

FOMENTO AO TURISMO E À ECONOMIA

A Transpantaneirinha terá início no Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, e seguirá pelo município de Praia Grande, com duas pontes que a ligarão a Barão de Melgaço e Leverger. A nova via abrirá caminho para a região norte, médio norte e nortão do Estado, proporcionando um acesso mais rápido e eficiente ao Pantanal. Essa iniciativa é vista como uma oportunidade para fomentar o turismo e a economia local, além de valorizar a região de maneira significativa.

O conselheiro do Tribunal de Contas, Sérgio Ricardo, explicou que a Transpantaneirinha também facilitará a conexão com a famosa Transpantaneira, através de uma estrada de 30 quilômetros. Com isso, o projeto visa desenvolver a região, transformando as usinas locais, incluindo a ITAICI, em pontos turísticos que atrairão visitantes e investimentos.

A construção da Transpantaneirinha promete gerar oportunidades de emprego e negócios em Várzea Grande, impulsionando a economia da região e incentivando o crescimento do turismo. A Secretaria de Estado de Infraestrutura (Sinfra) já começou a realizar os levantamentos para o traçado da estrada.

Essa iniciativa do Tribunal de Contas de Mato Grosso, denominada “TCE em Movimento”, reflete um compromisso com o desenvolvimento sustentável da região, bem como o fortalecimento da infraestrutura para facilitar o acesso ao Pantanal, um dos tesouros naturais mais significativos do Estado. A Transpantaneirinha pode se tornar uma importante via de conexão, impulsionando o turismo e a economia local, tornando a região de Várzea Grande um destino ainda mais atrativo para visitantes e investidores.



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES DEPUTADO RENÊ BARBOUR

JÚLIO CAMPOS ENCERRA PRIMEIRO ANO LEGISLATIVO COM QUATRO LEIS SANCIONADAS PELO EXECUTIVO ESTADUAL

Em seu primeiro ano como deputado estadual, Júlio Campos chega a dezembro com mais de 33 projetos de Lei apresentados e quatro Leis sancionadas pelo Executivo Estadual. Entre os projetos aprovados estão vários compromissos de campanha, como a defesa da causa pet, que o levou a propor a Lei Estadual de n. 12.243/2023, que institui o Programa Estadual Adote um Animal, com objetivo de incentivar pessoas físicas e jurídicas a contribuírem para melhoria da qualidade e quantidade de adoções de animais domésticos em situação de abandono.

Entre os debates importantes levantados durante a primeira legislatura do deputado Júlio Campos, estão as Audiências Públicas para defender o direito dos Idosos e a questão da infraestrutura, como no caso do evento que cobrou avanços na conclusão da obra da Ferrovia Estadual Vicente Vuolo, que liga Rondonópolis a Lucas

do Rio Verde, e que deverá ter um terminal em Cuiabá.

Para acompanhar esta demanda tão aguardada e fundamental para o desenvolvimento da Baixada Cuiabana, também participaram dos debates o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Botelho, e os deputados Wilson Santos, Carlos Avallone e Lúdio Cabral. “A empresa até agora apresentou apenas os projetos e estudos do trecho até Campo Verde. Um dos focos desta Audiência Pública foi questionar sobre como está o andamento do projeto até Cuiabá, pois o cronograma já está atrasado.”, afirma o deputado Júlio Campos. Um dos resultados desta Audiência foi a instalação no dia 22 de novembro de uma comissão especial para acompanhamento das obras da Ferrovia, especialmente do trecho que vai ligar Juscimeira a Cuiabá. O deputado foi eleito presidente da comissão, enquanto Claudio Ferreira (PL) foi escolhido para ocupar a vice-presidência.

A proposta para tornar a Cavalhada de Poconé em Patrimônio Cultural do Estado foi uma das contribuições do deputado Júlio Campos para a cultura mato-grossense. Além da entrega da Comenda Filinto Müller à filha do senador, sendo a primeira vez que a honraria foi concedida a um membro da família, que já contou com governadores, secretários e outros importantes agentes políticos no Estado.

DEFESA DO MEIO AMBIENTE DESDE QUE FOI DEPUTADO CONSTITUINTE

O meio ambiente foi um dos importantes tópicos da atuação do deputado Júlio Campos, que foi um dos autores do capítulo que trata do tema na Constituição Federal, quando atuou como deputado constituinte em 1988. Um dos trabalhos mais intensos do deputado na Assembleia Legislativa foi a instalação da Câmara Setorial Temática de Mudanças Climáticas CST- Clima, que reuniu membros da academia, setor produtivo e políticos para debater ações de mitigação e adaptação que possam ajudar o estado de Mato Grosso a enfrentar a crise climática.



A onda de calor que castiga a população, os incêndios no Pantanal e a crise hídrica são fatores que estão ligados à questão climática, por isso é nosso dever com as futuras gerações construirmos políticas públicas de enfrentar essa que é a maior ameaça da atualidade”.





VÁRZEA GRANDE: Evolução demográfica e perfil da população demonstram capacidade produtiva e crescimento

Várzea Grande, segundo maior município de Mato Grosso, tem sido alvo de atenção nos últimos anos, à medida que os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam um crescimento significativo em sua população. Com área territorial de 724 km², a cidade tem testemunhado uma mudança notável em sua dinâmica populacional.

De acordo com os dados do IBGE, a população de Várzea Grande atingiu a marca de 300.078 mil habitantes em 2022, representando um aumento de 18,7% em relação ao censo anterior, realizado em 2010, quando a população era de 252.596 mil pessoas. Isso significa um acréscimo de 47.482 mil moradores em um período de doze anos.

MULHERES SÃO MAIORIA

Um detalhe interessante que se destaca nos dados é a distribuição de gênero na população de Várzea Grande. Das 300.078 mil pessoas que vivem na cidade, 152.307 são mulheres, representando 51% da população, enquanto 147.771 são homens, totalizando 49%.

Além disso, o levantamento do censo apontou que a faixa etária de 35 a 39 anos concentra o maior percentual de habitantes, com 25.002 mil pessoas, evidenciando uma população em fase produtiva e economicamente ativa.

A pirâmide etária de Várzea Grande reflete a diversidade etária da população, com uma presença significativa de pessoas nas faixas etárias entre 30 a 39 anos. Destaca-se que o município possui uma proporção relativamente baixa de idosos com 60 anos ou mais, refletindo um perfil populacional que está em constante evolução.

Com esses números, Várzea Grande demonstra ser um município em crescimento e com uma população

predominantemente jovem e em idade produtiva.

esse aumento na população pode trazer desafios e oportunidades para a cidade, à medida que se expande e evolui para enfrentar as demandas de seus cidadãos em constante mudança. Situada estrategicamente na região metropolitana de Cuiabá, Várzea Grande se destaca como um importante polo econômico e social de Mato Grosso.



Nosso mandato é a casa do povo de Mato Grosso

Emanuel Pinheiro Neto

Deputado Federal

É bem comum que, ao fim de cada ano, a gente tire um tempo para refletir sobre as metas que alcançamos, nossas conquistas, avanços, além de observarmos aquilo em que não fomos tão bem.

Aproveitando este importante espaço de informação e também a sua atenção, quero fazer essa mesma retrospectiva sobre o Brasil.

2023 está sendo um ano de profundas mudanças para o país, principalmente no campo econômico. Tiramos do papel medidas extremamente necessárias para garantir que possamos caminhar novamente rumo ao crescimento, dentre essas ações estão a aprovação do novo regime fiscal, articulação para redução da taxa de juros aplicada pelo Banco Central e a Reforma Tributária, que ainda segue caminhando para sua aprovação.

Nosso mandato é a casa do povo de Mato Grosso e seguiremos defendendo os interesses da nossa gente e trabalhando para a promoção da verdadeira política, aquela que é voltada para os que mais precisam de voz e vez nos espaços de decisão.

Neste ano, a população ganhou aliados para fugir do fantasma do endividamento, como no caso do programa Desenrola e a renegociação das dívidas do FIES, que somados, já ajudaram mais de 7 milhões de brasileiros a limparem seus nomes.



Agora no segundo mandato tenho falado e atuado mais na área da economia e faço isso, justamente por compreender o quão profundo pode ser o impacto de medidas como essas na vida da população.

Também atuei e sigo acompanhando de perto as ações que possibilitam o aumento nos investimentos federais na educação e na ampliação das escolas em tempo integral, uma necessidade antiga que vai ao encontro do anseio de milhões de mães e pais que precisam deste apoio para conseguirem trabalhar e garantir o sustento da família.

O meio ambiente, populações indígenas, quilombolas e as questões ambientais em geral, voltaram ao centro de importantes discussões e ganharam espaço em ministérios e no desenvolvimento de políticas públicas que vão nos ajudar na construção de um Brasil mais justo e igualitário.

Sei que ainda há muito o que ser feito para que possamos viver no país que todos os brasileiros e brasileiras merecem, mas acredito que estejamos no caminho certo.

Contem sempre com o meu trabalho. Um grande abraço e um 2024 cheio de oportunidades e realizações!

Mais que representar, as leis são feitas para acolher.

Elas devem garantir com que cada cidadão possa participar da vida em sociedade, garantir seus direitos e ter como cumprir seus deveres.

A Assembleia Legislativa está aqui para, por meio das leis, fazer com que todos os mato-grossenses se sintam membros ativos e participantes da sociedade.



Confira algumas leis feitas para que os mato-grossenses tenham acessibilidade:

• Lei 12.084: obrigatoriedade de equipamentos de lazer para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos parques públicos estaduais

• Lei 12.244: presença de tradutor e intérprete de Libras em eventos oficiais

• Lei 12.191: atendimento especializado nas provas do Detran para pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA

• Lei 12.166: criação da Carteira de Identificação para Portadores de Doença Celíaca

• Lei 12.218: concessionárias de serviços públicos com atendimento adequado às pessoas com deficiência visual

• Lei 12.130: garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência visual a projetos culturais

• Lei 12.301: diretrizes para atendimento dos portadores de Atrofia Muscular Espinhal – AME

• Lei 12.074: assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH

• Lei 11.985: atendimento prioritário para pessoas com visão monocular

• Lei 11.704: proíbe a transferência e o remanejamento, sem anuência dos pais, de alunos com TDAH, Dislexia e Transtorno do Espectro Autista – TEA

